

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E QUALIDADE DE VIDA DO AMAZONAS (BRASIL)

Tatiane de Aguiar Romano¹ (✉ tatiromano2015@gmail.com) & Suely Mascarenhas¹

¹ Universidade Federal do Amazonas, Humaitá, Amazonas, Brasil

No contexto atual, discussões sobre desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e a função estratégica que a educação desempenha na sociedade são de grande relevância na região amazônica. A experiência histórica do cenário amazônico tem demonstrado que não há desenvolvimento regional se não acompanhado de desenvolvimento econômico e socioambiental. Segundo Gonçalves (2013), o desenvolvimento econômico possui como uma de suas finalidades o aumento da renda e da qualidade de vida das populações. Enquanto, o desenvolvimento socioambiental almeja a conciliação entre a preservação ambiental às demandas sociais, diminuindo os riscos à saúde pública e ao meio ambiente, gerando oportunidade de renda, cidadania e conhecimento.

Neste sentido, a educação profissional torna-se de suma importância, pois exerce impacto determinante sobre as oportunidades de emprego e renda em todos os contextos sociais. De acordo com Frigotto (2000), a educação profissional é um fator indispensável para o processo de desenvolvimento, pois amplia a capacidade de adquirir e utilizar informações, aprofundando conhecimentos, vivenciando novas experiências, aumentando as chances de realização pessoal, profissional e social, à medida que contribui para a melhoria da qualidade de vida das populações.

A perspectiva deste artigo é demonstrar que o acesso à educação profissional pública de qualidade exerce impacto importante na sociedade, pois, a ampliação do acesso a cursos de formação profissional nas diversas áreas, aumenta o leque de oportunidade de emprego e renda dos cidadãos, favorecendo a construção de equidade social no cenário amazônico. Consequentemente contribuindo com a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento socioambiental da região, através da valorização da

relação entre o homem e a natureza, contemplando as dinâmicas e interações sociais e ambientais.

No que se refere ao histórico da educação profissional no Brasil, a formação do trabalhador foi marcada desde seu início com o estigma da servidão, por terem sido os índios e os escravos os primeiros aprendizes de ofício. Com isto, “... habituou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (Fonseca, 1961, p. 68). De acordo com o autor, outros fatores influenciaram para a cristalização dessa mentalidade: (I) o trabalho pesado e as profissões manuais eram destinadas aos escravos; levando ao agravamento do pensamento generalizado de que os ofícios eram destinados aos deserdados da sorte, impedindo também, por questões econômicas, os trabalhadores livres de exercerem certas profissões; (II) a educação eminentemente intelectual que os jesuítas ministravam aos filhos dos colonos afastava os “elementos socialmente mais altos” de qualquer trabalho físico ou profissão manual.

Falar sobre o marco histórico da educação profissional no Brasil só é possível se antes, for realizado uma viagem no tempo. Pois, ao estudar a história da educação profissional no Brasil, pode-se perceber que até o século XIX não existia propostas sistemáticas de experiências de ensino, uma vez que prevalecia a educação propedêutica voltada para as elites e sua formação como dirigentes. Em 1809 foi realizada a criação do Colégio das Fábricas, pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI, a partir desta data, pode ser considerado o início da educação profissional no Brasil (Romano et al., 2017, p.214).

A educação profissional no Brasil foi se estabelecendo de acordo com o movimento histórico da educação em nosso país. Permanecendo sempre na pauta da política educacional brasileira, com forte característica economicista, destinada à classe trabalhadora, sendo influenciada pelo modelo de desenvolvimento adotado em nosso país.

Se levarmos em consideração o contexto de crise político-econômica dos investimentos públicos, de acordo com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC – 241/16), que propõe limitar, por 20 anos, os investimentos públicos em educação, saúde, segurança, infraestrutura etc., pode-se afirmar que a educação profissional, assim como o ensino superior, modalidade de ensino que deve estar acessível a todos os brasileiros, enquanto

categoria importante da educação profissional; estaremos cada vez longe de atingir a meta proposta no PNE (2014-2024).

O cenário amazônico historicamente sofre com a carência da oferta de educação profissional. O que gera uma dívida social histórica significativa, pois, impacta diretamente no processo desenvolvimento econômico e socioambiental do Amazonas. Prejudicando diretamente a qualidade de vida e o desenvolvimento das capacidades e potencialidades dos indivíduos, influenciando nas efetivas condições de exercício da cidadania e equidade social.

MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa apoiada pelo CNPq/FAPEAM, foi de cunho transversal quanti-qualitativa. Os dados foram obtidos por meio da aplicação de que integram o caderno de coleta de dados organizado com perguntas sobre aspectos sociodemográficos como nível de escolaridade, renda, trabalho, observação “in loco” das condições de vida dos participantes da zona urbana e de comunidades dos seguintes municípios do Estado do Amazonas: Manaus, Humaitá, Benjamin Constat, Tabatinga, Manicoré e Lábrea.

Participantes

Participaram da pesquisa 1716 habitantes do Amazonas do sexo masculino e feminino com idades entre 18 e 68 anos, entre 2012-2016, habitantes dos municípios de Manaus, Humaitá, Tabatinga, Benjamin Constant, Lábrea e Manicoré, moradores tanto da zona urbana como da zona rural.

Procedimentos

A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação dos instrumentos próprios pela equipe da pesquisa em horários previamente agendados durante os anos de 2012 e 2017. Os participantes colaboraram de modo

voluntário após serem informados dos objetivos da pesquisa, observando procedimentos éticos vigentes. Após a coleta, os dados receberam tratamento estatístico no LAPESAM/UFAM/CNPq e após a conferência, realizadas análises descritivas de acordo com os objetivos da pesquisa.

RESULTADOS

No que se refere ao acesso à educação formal, dos participantes da pesquisas 2,0% nunca estudou, 12,0% possui o ensino fundamental incompleto, 6,8% o ensino fundamental completo, 15,8% o ensino médio incompleto, 22,3% o ensino médio completo, 35,1% o ensino superior incompleto, 3,9% o ensino superior completo e 2,1% possui pós-graduação. Os dados revelam que 36,6% dos participantes não concluíram a educação básica na ocasião da pesquisa e apenas 22,3% haviam concluído este nível de ensino.

Quanto à educação profissional, 40% dos participantes informaram possuírem curso profissionalizante e 60% dos participantes anunciam que não possuem curso profissionalizante. O que se configura uma realidade determinada historicamente pela falta de infraestrutura para a prestação de serviços públicos de formação profissional para a população do Amazonas o que impacta sobre os indicadores da qualidade de vida dos habitantes da região amazônica, como demonstram os bancos de dados com os indicadores de desenvolvimento e bem estar social dos habitantes da região amazônica.

DISCUSSÃO

DA análise dos dados aportados pela pesquisa, podemos afirmar que as informações aportadas comprovam a hipótese da pesquisa: há uma relação direta entre o cenário educacional historicamente instalado no Amazonas e os indicadores de renda, condições objetivas para o exercício

da cidadania e, conseqüentemente, a inserção socioeconômica de sua população.

No contexto atual, discussões sobre o impacto da oferta de educação e a vulnerabilidade social existente em nosso país, são de grande relevância para a sociedade. Segundo Mascarenhas et al. (2017), na região do Amazonas, ainda existem pessoas na capital e no interior, que vivem a mercê de sua própria sorte, a espera de políticas públicas ineficientes e muitas vezes inexistentes, que não contribuem para o desenvolvimento, a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida das populações.

O conceito de qualidade de vida pode ser considerado a partir da percepção do indivíduo sobre o ambiente em que vive. Por ser um tema subjetivo e complexo, para seu estudo torna-se necessário levar em consideração o modo de pensar, a cultura e os meios disponíveis de vida das populações. Segundo Paschoal (2000), o termo qualidade de vida é abstrato e explica o porquê de “boa qualidade” ter significados diferentes, para diferentes pessoas e lugares, pois, a qualidade de vida está submetida a múltiplos pontos de vista e varia conforme o tempo.

Para Massola (2015), qualidade de vida pode ser entendida como a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto cultural e sob o sistema de valores no qual ele está inserido em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Portanto, podemos afirmar que a oferta de educação profissional adequada às especificidades do contexto amazônico, pode contribuir imensamente para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

Segundo Mascarenhas et al. (2017), grande parte da população do Amazonas e de outras regiões de nosso país vive em condições precárias de existência. Em pleno século XXI, a grande parte desta população ainda é analfabeta. Em geral, essas comunidades são esquecidas pelos gestores das políticas públicas federais e municipais, sobrevivendo muitas vezes sem assistência educacional e sanitária que lhe são de direito da cidadania brasileira. Ademais, as políticas públicas, quando ofertadas, não levam em consideração as suas especificidades culturais, políticas e sociais das localidades amazônicas.

Segundo Amartya Sen (2000), as oportunidades sociais de educação e saúde complementam as oportunidades individuais de participação econômica, política, social, e estimulam as nossas iniciativas no sentido de superar privações. Como exemplos de privação de capacidades básicas o

autor destaca: fome, invalidez física e mental, doença crônica, analfabetismo, etc. Também considera que fatores sociais e econômicos tais como educação, cuidados básicos de saúde e emprego seguro são importantes não tanto por si mesmos quanto por poder oferecer às pessoas a oportunidade de enfrentar o mundo com coragem e liberdade.

O modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente no Brasil, produto da dependência econômica externa histórica do país, é baseado nas exportações agroindustrial, agropecuária e de matérias-primas e na importação acrítica das tecnologias produzidas nos países de capitalismo avançado. Isso, ao longo do tempo, vem fazendo com que o país não tenha um modelo próprio de desenvolvimento orientado às suas necessidades econômicas e melhorias sociais. Ao invés disso, historicamente, prevalece a submissão aos indicadores econômicos ditados desde fora, aos organismos internacionais de financiamento e aos investidores internacionais, principalmente os de curto prazo, na verdade, especuladores.

A ausência de oportunidades e da promoção das capacidades de desenvolvimento laboral por meio do acesso a cursos de formação profissional no Amazonas contribui para históricos baixos níveis de renda familiar, o aumento da exclusão social e a baixa qualidade de vida de grande parte de sua população em muitos casos considerada abaixo da linha da pobreza (Portal ODM/ONU).

Da análise da totalidade das informações apresentadas e discutidas neste artigo, podemos afirmar que a histórica falta de infraestrutura pública para oferta de educação profissional para os habitantes do Amazonas exerceu impacto negativo sobre os indicadores atuais de desenvolvimento humano, social, econômico e bem estar psicossocial da população. O que sugere a necessidade da formulação de políticas públicas afirmativas para a superação desse cenário. Podemos afirmar ser de suma importância a oferta de educação profissional no contexto amazônico, pois, a formação profissional pode exercer impacto determinante sobre o desenvolvimento das potencialidades dos habitantes da região amazônicas, ampliando as oportunidades de trabalho emprego e renda em qualquer contexto social. Tais fatores influenciam diretamente na qualidade de vida e no desenvolvimento econômico e socioambiental das populações do Amazonas.

REFERÊNCIAS

- Brasil. (1961). Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, Presidência da República.
- Brasil. (1996). *Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Fixa diretrizes e bases para a educação nacional*, Brasília, Presidência da República.
- Brasil. (2014). *Plano Nacional de Educação*. Brasília, Presidência da República do Brasil.
- Fonseca, C. S. (1961). *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica, v.1.
- Frigotto, G. (2000). As relações do trabalho-educação e o Labirinto do Capital. In J. C. Azevedo, P. Gentili, A. Krug, & C. Simon (Eds.), *Utopia e Democracia na Educação Cidadã*. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS; Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre.
- Gonçalves, C. W. P. (2013). Os limites da técnica ou papel da técnica na superação do desafio ambiental contemporâneo? In Gonçalves, C. W.P. *Os porquês da desordem mundial: Mestres explicam a globalização. O desafio ambiental* (7ª ed.). Rio de Janeiro: Record.
- Mascarenhas, S. A. do N. (Coord.). (2017). *Base de dados Projeto de Pesquisa: mapeamento do contexto socioeducativo e avaliação do bem-estar subjetivo, bem estar psicossocial, resiliência, otimismo e esperança de povos e “comunidades” tradicionais do Amazonas, analisando seus efeitos sobre o exercício da cidadania e inserção socioeconômica* (CNPq Processo 484218/2011-5 – Edital Universal 14/2011 e PRONEM-FAPEAM-2011-2016, DECISÃO 172/2012), LAPESAM/UFAM/CNPq, Humaitá.
- Mascarenhas, S. A. do N. Roazzi, A.; León, G. F. (2017). Impacto da educação escolar no desenvolvimento social, cidadania e qualidade de vida: Estudo em diferentes etnias na Amazônia. In Suely A. do N. Mascarenhas & J. N. Araújo (Coords.), *Desafios para o exercício da cidadania, qualidade de vida e inclusão socioeconômica na Amazonia. Pesquisa em educação, psicologia, sociedade, cultura e ambiente*. Humaitá, Amazonas, Universidade Federal do Amazonas, Grupo Multidisciplinar de pesquisa em Educação, Psicopedagogia e Psicologia Escolar – Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente, UFAM/CNPq/FAPEAM/LAPESAM. São Paulo: Loyola.
- ONU-OBJETIVOS DO MILÊNIO-PORTAL ODM. (2017). *Relatório do Perfil Estadual do Amazonas*. Disponível em <http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/perfil/BRA001013/amazonas>. Acesso em 26 jun. 2017.

PROMOVER E INOVAR EM PSICOLOGIA DA SAÚDE

- Massola, R. (2015). *O que é qualidade de vida? Podemos medi-la?* Disponível em <http://www.ricardomassola.com.br/o-que-e-qualidade-de-vida-podemos-medi-la>. Acesso em 20/11/2017.
- Paschoal, S. M. P. (2000). *Qualidade de vida do idoso: Elaboração de um instrumento que privilegia sua opinião*. São Paulo, 252p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo.
- Romano, T. de A., Loeblin, E. L., Mascarenhas, S. A. do N., & Brasileiro, T. S. A. (2017). Desafios para universalização do acesso à educação profissional no Amazonas – Direito da cidadania na Amazônia brasileira. In S. A. do N. Mascarenhas & J. N. Araújo (Coords.), *Desafios para o exercício da cidadania, qualidade de vida e inclusão socioeconômica na Amazônia., Pesquisa em educação, psicologia, sociedade cultura e ambiente*. Humaitá, Amazonas, Universidade Federal do Amazonas, Grupo Multidisciplinar de pesquisa em Educação, Psicopedagogia e Psicologia Escolar – Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente, UFAM/CNPq/FAPEAM/LAPESAM. São Paulo: Loyola.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. S. Paulo: Cia. Das Letras.